



Política casamenteira

Agora os casamentos reais fazem-se por amor. Parece que já lá vai o tempo em que os interesses políticos comandavam. Para recordação, aqui ficam oito exemplos da realeza portuguesa

TEXTO DE ANABELA NATÁRIO ILUSTRAÇÕES DE FILIPE COELHO/ DRMAKETE

Berengária e Valdemar II da Dinamarca (séc. XIII)

Um casamento envolto em mistério... Como surge um matrimónio entre reinos tão longínquos como Portugal e Dinamarca? Conta-se que Valdemar, quando ainda desconhecia que o futuro lhe reservava o trono, passou por aqui integrado numa cruzada e ajudou Sancho I a conquistar Silves. A sua bela filha Berengária ainda não nascera, mas o dinamarquês não se terá esquecido por onde andou, portanto, quando enviuvou, aos 44 anos, e lhe falaram nesta hipótese, não a desprezou.

Atendendo à situação europeia, o mínimo que se pode pensar é que se juntou o útil ao agradável e que, quando se trata de política, as distâncias não importam. O rei francês pretendia que a Flandres lhe devolvesse umas terras e, ao separar-se da mulher, deixou de contar com o apoio do cunhado, o já rei Valdemar, deixando o 'dono' do condado mais tranquilo. Só que, ao fim de dez anos, Filipe Augusto II 'reconciliou-se' e Fernando, um dos 15 filhos dos segundos reis de Portugal, por casamento conde da Flandres, ar-

ranjou maneira de dar a volta à situação.

Valdemar, apesar de ter um filho, precisava de mais herdeiros. Berengária é irmã de um conde poderoso e filha de um dos reis mais ricos da Europa, se sair à mãe tem uma ótima capacidade de procriação...

E a portuguesa rumou longe para ser rainha. A boda deu-se em maio de 1214, em Ripen. Dois meses depois, Fernando e os aliados invadiram a França com o intuito de a dividir entre si. A investida falhou, o conde foi preso. Permanecerá 13 anos na cadeia em Paris, mais do que aqueles que a irmã viverá no reino da Dinamarca.

Isabel e Dinis de Portugal (séc. XIII)

Um ano depois da aclamação, o sexto rei português apercebeu-se de que teria de deixar a namorada e mãe do seu recém-nascido filho a fim de efetuar um consórcio mais lucrativo para a coroa. Virou-se para Aragão, um bom aliado, que fica do outro lado de Castela, o inimigo tradicional.

Isabel de Aragão, a primeira noiva real a

OS DINAMARQUESES

NÃO GOSTARAM DE BERENGÁRIA: A PORTUGUESA É BELA MAS ESTRANGEIRA, VEM DE UM PAÍS DESCONHECIDO, NÃO É SUBMISSA NEM PÃOZINHO SEM SAL, ANTES PELO CONTRÁRIO... TODAVIA, AGRADA A VALDEMAR, QUE É QUEM MANDA

trazer dote, veio ter com o marido Dinis em 1282, tinha 11 anos. Pedro II acompanhou a filha até à fronteira, viu-a seguir caminho com ansiedade, muito embora Jaime, seu primo e filho do rei castelhano, a escoltasse juntamente com os melhores cavaleiros de Aragão. A viagem adivinhava-se perigosa, a comitiva iria atravessar Castela, onde Afonso X andava em guerra com o seu herdeiro, que o pai de Isabel apoiava. Mas a pequena aragonesa chegou sem quaisquer problemas a Bragança, onde a aguardava a família real e a aristocracia portuguesas.

O casamento foi em Trancoso. Quando todos esperavam que a noiva surgisse envolta nos ricos mantos de brocado que as aias lhe deram, ela apareceu com um hábito religioso branco, feito de um grosseiro tecido de lã. A Dinis, de 21 anos, não lhe agradou a menina frágil, pouco atraente. Nem sequer houve noite de núpcias, a rainha é uma criança. A primeira filha, Constança, só nascerá oito anos depois, já o rei tem muitos outros descendentes de mulheres diversas. O casal apenas teria mais um filho, o futuro Afonso IV. Dizem os cronistas que se limitaram a “um uso parcimonioso do seu sexo no interior e em função da família”, mas garantiram 43 anos de aliança.

Isabel e Filipe III de Borgonha (séc. XV)

Em 1430, Isabel levou quase três meses a chegar a Bruges para o casamento, mas valeu a pena. Foi um dos grandes acontecimentos da época. A boda e a viagem rondaram as 250

mil coroas, um investimento pouco inferior ao custo da conquista de Ceuta 14 anos antes. O dote somou 154 mil coroas.

No ducado, poderoso e rico, também se ultrapassaram os limites. Durante oito dias, desfilaram barcos pelos canais da cidade, desenrolaram-se tapeçarias da Flandres por todo o lado, em especial na rua que o duque mandara fazer, juntamente com uma série de edifícios, e onde um leão de madeira fazia jorrar vinhos tinto e branco para uma enorme bacia à disposição de todos.

No átrio do palácio erguido para a festa fora esculpido um veado que esguichava, por uma das patas, a célebre bebida de Hipócrates, o hipocraz, uma infusão de canela, amêndoa e açúcar em vinho. No salão para bailes e banquetes, com quase mil metros quadrados, via-se um enorme unicórnio, todo adornado, e à sua frente um outro mais pequeno, com cerca de 2,5 metros de comprimento, de cuja pata saía água de rosas para os convivas se refrescarem. Foram construídas três cozinhas e três zonas de churrasco, seis tanques para depositar carne, sopas, caldos, geleias, frutas e doces. E, ao toque das trompetas, todos se aprontavam para o baile...

Quando se casaram, ele anunciou adotar a divisa “autre n’aurai” (outra não terei) e ela respondeu “tant que je vive” (enquanto eu viver), mas nem um nem outro cumpriram... O duque de Borgonha, que somou ao longo da vida mais de 20 amantes e, pelo menos, 18 filhos, manteria a atividade extraconjugal. A duquesa suportaria a situação, recusando-o

na intimidade. Mal conceberam um herdeiro, deixaram de partilhar o leito, mas mantiveram as aparências de um casal feliz.

A política assim obrigava. Isabel tinha 33 anos, casara-se para facilitar ao reino de Portugal as relações com as demais cortes europeias, uma estratégia da dinastia de Avis. Filipe III, de 38, viúvo por duas vezes, precisava de salvar as aparências com uma terceira esposa, por isso, quando a mulher resolveu substituí-lo nos negócios políticos, Filipe, “o Bom”, incentivou-a. E a portuguesa tornou-se uma das mulheres mais poderosas da Europa do século XV.

Leonor e Frederico III da Alemanha (séc. XVI)

Cartas para cá, cartas para lá, embaixadores, procurações, assinaturas, brindes... Ao fim de dois anos, a portuguesa casava-se com o rei dos romanos, duque da Áustria, Estíria, Caríntia e Carníola, conde do Tirol, etc., um *et caetera* que aparece nos documentos oficiais para abreviar, tantos são os títulos do imperador do sacro império.

As conversações não demoraram mais tempo do que o habitual, mas podiam até ter levado mais, dado o interesse das partes. O tio materno de Leonor, Afonso V de Aragão, rei das duas Sicílias, com problemas por não ter descendência, pretendia assegurar boas relações com o poderoso vizinho, e a este, por seu turno, não desagradava desposar a irmã de um dos monarcas mais ricos da Europa, Afonso V, rei de Portugal e dos Algarves, d’aquém e d’além-mar em África.

Politicamente irá resultar, mas Leonor, de 17 anos, e Frederico III, de 37, vão demorar a entender-se. A realização da cerimónia do casamento, em 1542, em Roma, correu riscos quando a noiva não aceitou que dois duques a fossem buscar. Uma princesa de alta estirpe merecia mais. O imperador respondeu-lhe que tinha as suas razões, que na igreja a acompanharia o rei da Hungria. Passados oito dias, outras preocupações surgem entre os ideólogos da união: não fora “consumado matrimónio por cópula”. O casamento tinha de ser legitimado para que um neto de Afonso V viesse a ser imperador. Talvez a explicação da demora resida na avareza... Frederico obrigara-se a pagar, na manhã seguinte à consumação, 60 mil florins de ouro, correspondentes à “compensação ou acessão em razão em preito da sua virgindade”, segundo o contrato.

Um mês depois, a corte levou Leonor a casa do marido, e todos dançaram durante uma hora até ser servida uma refeição leve, na qual Frederico não participou. No final, foi buscar a esposa, levando-a para o quarto,





LEONOR E FREDERICO (ILUSTRAÇÃO DA PÁG. ESQUERDA) FORAM ATIRADOS PARA A CAMA, MAS TAPARAM-LHES O BEIJO. EM BAIXO, CASAM-SE PORTUGUESES E CASTELHANOS E, NA FRONTEIRA, SÃO MILHARES DE PESSOAS, CAVALOS, COCHES... TUDO ENGANADO. SÓ SE VÊ OURO E PRATA

na companhia de algumas damas. O imperador deitou-se vestido e as mulheres lançaram Leonor, também vestida, para cima do leito, tapando-lhes as cabeças e o obrigatório beijo. De repente, o casal levantou-se, indo a esposa para a sua câmara aguardar o marido, mas quem apareceu foram dois condes a convidá-la a deslocar-se para junto do imperador. E ela recusou, uma, duas... seis vezes se negou, até que foi lá o próprio Frederico. De mão dada, em camisa, pararam à porta do quarto imperial, e ali os privados do senhor atiraram-nos para o leito. Leonor só regressou de madrugada à sua cama. Finalmente, poderiam todos estar descansados.

Joana e João de Portugal (séc. XVI)

Tratou-se de um casamento arriscado, mas a Santa Sé nunca se oporia à vontade de quem domina a Europa, o imperador do sacro império e o filho Filipe II de Castela. Joana de Áustria, de 16 anos, terá a necessária dispensa de consanguinidade e casar-se-á com o primo coirmão João, de 14. O matrimónio oficia-



Portugal e Espanha
levaram séculos
a **fazer alianças** com
base em casamentos
entre as famílias reais

lizou-se em janeiro de 1552, nos dois reinos, com procuradores no lugar dos nubentes, mas já estava combinado desde 1542, ano em que o irmão de Joana se casara, também por razões políticas, com Maria, filha dos reis portugueses.

Ao contrário do costume, os jovens apaixonaram-se, de tal forma que foram proibidos de partilhar cama e casa. Quando Joana chegou ao reino para se cumprir a cerimónia, o rei João III não permitiu que os recém-casados dormissem juntos antes de se deslocarem à “casa de Deus” e jurarem fidelidade, por isso, nessa primeira noite, ela dormiu com a sogra e ele deitou-se com o pai.

No dia seguinte, o cardeal voltou a abençoar os noivos, na Sé de Lisboa. À noite, a enorme cama dos príncipes esperava-os coberta de rosas pelas damas e camareiras, como se tornara uso e costume. Os jovens descobriram-se. As crónicas, assim como as cartas de alguns embaixadores estrangeiros, referem uma espécie de obsessão sexual que os levava a não querer sair do quarto ou a uma tristeza profunda quando, por qualquer razão, se separavam.

O príncipe sempre adorara doces e não parava de os comer, mas ao mesmo tempo, parecendo um contrassenso, emagrece exageradamente, sentindo-se cada vez mais fraco e com uma sede insaciável. Em outubro de 1553, o estado de saúde de João piora. Os médicos julgam que o agravamento se deve ao “excesso de conversação”. Diagnosticam-lhe uma “paixão diabética” e impõem a separação do casal: Joana, grávida de seis meses do futuro D. Sebastião, ficará no Paço da Ribeira e o marido irá para uma casa pegada ao palácio. Só são autorizados a verem-se duas vezes ao dia. Três meses depois, o príncipe morre. Joana seria separada do filho e reenviada para Castela.

Infanta Maria e... (séc. XVI)

Filha de reis, morreu solteira, apesar de constar de oito contratos nupciais, feitos ao sabor das flutuações políticas. O primeiro faz parte de um ‘pacote’ negociado pelo tio materno, o imperador Carlos V. A mãe, castelhana, viúva de Manuel I de Portugal, é entregue ao rei de França com a condição de se casarem os filhos de ambos quando a infanta fizer 12 anos.

João III impede a união, alegando que a irmã não passa de uma criança. De facto, à data do acordo, em 1525, Maria tem 4 anos. Leonor da Áustria nunca desistirá de tentar que a filha saia de Portugal, arranjando justificações, ou seja, casamentos. Mas o rei João inventará as mais variadas desculpas para evitar que a infanta se case e a coroa seja obrigada a desembolsar parte da enorme fortuna que Maria possui mas nunca chegará a possuir. Pelo estrangeiro corria o quanto era apetecível esta princesa, “por extremo rica”. Falava-se no seu dote de 400 mil escudos, dos 300 mil que ganhara nas Índias, dos 200 mil do dote de sua mãe, que lhe pertencia, hipotecado nos condados de Lorena, e das suas joias e roupas. Os negócios da pimenta e das especiarias não chegavam para as solicitações, perdiam-se entre casamentos e piratarias. Compreende-se a preocupação do rei: se tivesse de dotar a irmã, onde iria buscar o dinheiro? Ou, se o desembolsasse, em que estado ficaria o tesouro da coroa?

O rei há de vedar-lhe quase todas as propostas de casamento e, no final, será ela a recusar unir-se com Filipe II de Castela, viúvo da filha de João III, sua prima. “Quando se ofereciam negócios que tratar, que pareciam bons, andava Vossa Alteza em dilações, e de feira em feira, sem querer concluí-los, e agora que não há nenhum sai-me com esse? Pois nem que fosse monarca do mundo, não o farei, nem se deve pensar tal coisa de mim!”, dirá ao irmão a infanta que marcou o renascimento fazendo mecenato cultural.



O último casamento da realeza portuguesa realiza-se num “sombrio contraste com a miséria que lavra no país e com a gravíssima crise que o aflige”

Maria Bárbara e Fernando de Castela; Mariana Vitoria e José de Portugal (séc. XVIII)

Milhares concentram-se na fronteira. Pessoas, cavalos, coches... tudo engalanado. Não se vê nada mais do que ouro e prata: as margens do rio Caia parecem dois mares imensos de povo dos dois reinos, as quais, mais uma vez, disfarçam a inimizade unindo as famílias reais. Em janeiro de 1729, em troca da princesa espanhola Mariana, entrega-se a Castela a infanta Maria Bárbara.

Viviam-se os tempos do magnânimo, do esplendor proporcionado pelo Brasil, colónia rica e gostosa, de onde todos os anos chegavam cerca de oito toneladas de ouro. Gastava-se mais do que se tem, mas isso merece pouca importância, o monarca João V tem de mostrar aquilo que é: um dos reis mais poderosos do mundo.

Entre a assinatura do contrato de casamento e a entrega das princesas, passou-se um ano — houve tempo para se erguer um palácio de madeira por cima do rio Caia, estendendo-o por cada margem, concebido

de modo a que os reis não abandonassem os seus domínios durante a troca das filhas. Este tinha 22 metros e dividia-se em três salas: uma ostentava as armas portuguesas, a outra as de Castela e a do meio as de ambas as coroas.

Assim, após o cortejo, as famílias instalaram-se na sala partilhada, mas cada uma no seu reino: a portuguesa na zona cujas paredes estavam forradas a tapeçarias e a castelhana no lado de onde sobressaía um tronco com ramos de brocado verde e branco. Os homens sentaram-se em pequenos bancos de prata, os dos castelhanos, de ouro os dos portugueses. E Mariana Vitoria de Bourbon passou para o lado do marido, futuro rei de Portugal José I, e Maria Bárbara para o do seu, o futuro Fernando IV de Espanha.

Amélia e Carlos de Portugal (séc. XIX)

Ela tem 21 anos, ele é mais velho dois. Conheceram-se no início de 1886, e o noivado tornou-se oficial em 8 de fevereiro. Ela é herdeira de uma das maiores fortunas europeias, ele do trono de um reino em crise económica. Mas o dinheiro dela de pouco serve, por cá são muitos os que não querem o casamento ou, pelo menos, não o querem pagar. Até porque onde se iria tirar o dinheiro? Veiga Beirão, do Partido Progressista, critica: “Do orçamento não, porque está em défice. Evidentemente de uma quantia que vamos pedir ao crédito por dívida flutuante a 7 por cento, 8 por cento ou 9 por cento.”

O assunto é discutido em várias sessões parlamentares. O Governo apresenta um projeto-lei que escandaliza alguns deputados. A ideia é aumentar o sustento anual do príncipe para o dobro, 40 mil réis, e dar 100 réis ao pai, o rei Luís I, “para as despesas extraordinárias do faustíssimo consórcio”. Veiga Beirão fala por muitos: “Eu sei que se diz, para justificar este casamento, que a escolha do coração não pode ser contrariada por consideração alguma de interesse público ou de política internacional. Não a contrariem, pois, visto que se vai pedir a inspiração para tal ato a um sentimento tão simpático e tão respeitável! Mas então não venham pedir ao Parlamento que vote grossas somas para converter festas particulares em descabidas manifestações de regozijo oficial!”

Mas o projeto é aprovado e o casamento — o último da realeza portuguesa — realiza-se com toda a pompa e circunstância, num “sombrio contraste”, como disse o presidente da Câmara dos Deputados, “com a miséria que lavra no país e com a gravíssima crise que o aflige”. ■ anartario@expresso.imprensa.pt